



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VIII - Nº 117 - 2ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1996 - R\$ 1,00

**Trabalhador,
diante das
demissões e
do fechamento
de fábricas:**



**Nada de se limitar às indenizações miseráveis
Nada de aceitar o fechamento das fábricas
Nada de pedir que o governo ajude os patrões**

Lutemos, com as greves e ocupações de fábrica, por:

- 1- Nenhuma demissão!**
- 2- Escala móvel de horas de trabalho**
- 3- Nenhum fechamento de fábricas**
- 4- Funcionamento das fábricas,
com controle operário da produção**

**Campanha do POR:
56 anos da morte de Leon Trotsky**

**Defendamos as idéias do
marxismo-leninismo-trotskismo
Em defesa da Revolução Proletária
e do Socialismo Científico**



A quinzena de luta do movimento operário

O sistema capitalista está esgotado como sistema econômico e social. Não pode sustentar os exorbitantes lucros dos patrões e ao mesmo tempo garantir o emprego e a sobrevivência dos trabalhadores.

A política de abertura do mercado às multinacionais e a importação de mercadorias, proclamada como desenvolvimento, competitividade e integração do Brasil na economia mundial, tem promovido a queda de produtividade e conseqüente fechamento de postos de trabalho. Os capitalistas nacionais para defender seu império econômico se unem entre si formando joint venture e massacram a classe operária, demitindo em massa sem cumprir sequer as mesquinhas leis trabalhistas. E para isso têm o respaldo do Estado e de sua justiça. Este é o resultado do Plano neoliberal.

As direções sindicais vendidas iludem os operários quando propõem reformas no capitalismo apodrecido. Defendem empréstimos e redução de juros para os patrões como se fossem a salvação para os operários. Quando negociam os pacotes de "benefícios" estão apoiando as demissões. Procuram reivindicar esmolas e migalhas. No entanto, a reivindicação para acabar com o desemprego e para melhoria das condições de vida dos trabalhadores é a escala móvel de horas de trabalho entre todos os trabalhadores, redução da jornada de trabalho sem redução do salário para garantir a continuidade do emprego, a defesa da reposição salarial a cada percentual da inflação, salário mínimo vital-real de R\$ 1.200.

A traição da burocracia colaboracionista e divisionista ao movimento operário deve ser combatida com um programa classista pelo planejamento e controle da produção para pôr fim

ao sistema de exploração e destruição das forças produtivas.

* Trabalhadores da Companhia Mogi de Café Solúvel em greve contra o calote no pagamento do salário do mês de junho. Só retornam com o pagamento.

* Metalúrgicos da Fabb Primar reatizam greve novamente neste mês contra o atraso no pagamento dos salários.

* Sapateiros iniciam greve pela reposição das perdas salariais de fevereiro de 95 a fevereiro de 96 (11,92%). Sindicalistas descartam a greve geral da categoria. Greve será por fábrica diariamente.

* Operários da Bravox, no Tucuruvi, fazem greve contra a demissão de 82 operários. A empresa vai transferir unidade para Itu. Pacote de "benefícios" para os demitidos inclui 3 meses de assistência médica e 3 meses de cesta básica. Para os que continuam empregados: estabilidade de 60 dias e antecipação de 8,63% e desconto de 2 dias de paralisação.

* Mais demissões na Nestlé e sindicalista propõe antecipação de férias na tentativa de reduzir as demissões.

* Peões da Construtora Andrade Valadares, em greve para exigir pagamento de 16% concedido pelo TRT, são surpreendidos por tiros e coronhadas dos seguranças no canteiro de obras do conjunto habitacional do CDHU, no Jardim São Luis. A direção sindical vai marcar audiência com secretários da justiça e o da segurança pública para pedir providências em relação à presença de policiais armados.

* Metalúrgicos da Brazaço-Mapri faz greve de 1 dia para impedir desconto de R\$ 10,00 como contribuição para o pagamento do convênio médico. Patrão demite 60 operários e até setembro irá demitir mais 710 com garantia de 2 meses de assistência médica e duas cestas básicas. As demissões foram porque os operários se negaram a contribuir com o convênio médico, segundo a alegação patronal.

* Nordon, de Santo André demite 120 operários e quer fazer mais 100 demissões. Os metalúrgicos fazem passeata contra a política econômica do governo e reivindicam política de geração de empregos, como redução da taxa de juros, liberação de recursos para investimentos e discussão das alíquotas de importação. Estas bandeiras não resolvem nada para os operários, só servem aos patrões. É a burocracia sindical que inculca nos trabalhadores a defesa da queda da taxa de juros. Nossa bandeira é a escala móvel das horas de trabalho. A diretoria do sindicato diz que tem proposta de geração de 10 mil empregos na região do ABC espera apoio e solidariedade da população e dos empresários. Está aí o colaboracio-

nismo de classe da burocracia.

* 5.000 operários da Mercedes de S. Bernardo se mobilizam durante uma hora pela reposição da inflação de novembro a julho de 96, reestruturação de cargos e discutir o estatuto da comissão de fábrica.

* Metalúrgicos da Fris Moldu Car paralisam por duas horas para reivindicar reposição das perdas, PLR e fornecimento de uniformes. Patrões demitem 40 operários e mais 70 serão dispensados.

* Demitidos da Metalbrás, de Franco da Rocha, protestam na porta da fábrica para receber as rescisões. Os patrões se utilizam de presidiários que recebem salário mínimo sem vínculo empregatício com a fábrica, que hoje são a maioria dos trabalhadores. No dia 8 de maio, a fábrica foi interditada por contratação irregular de menores, mas voltou a funcionar com mandado de segurança. Patrões propõem pagamento de aviso prévio, parcelamento das rescisões não pagamento da multa de 40% sobre o FGTS. Sindicalistas fazem consulta individual aos operários para aceitarem ou não a proposta dos patrões.

* Operários da caldeiraria da DZ, de Piracicaba entram em greve contra a demissão de 250 companheiros. Os patrões propõem pagamento das rescisões em 6 vezes (o sindicato diz em três vezes), seis meses de vale-compra (o sindicato diz durante um ano) e 8 meses de convênio médico (o sindicato diz um ano de assistência médica)

* Operários da Capitani Zanini em greve pela reposição de 8,63%.

* Metalúrgicos da Graver conquistam reposição de 8,63 após greve

* Operários da Fábrica de Móveis Fiel entram em greve pela PLR.

* Operadores de empilhadeiras da Cimaf, de Osasco fazem protesto dentro da fábrica contra a terceirização do setor.

* Costureiras da Confecções Zen em greve pelo descumprimento do acordo coletivo: café da manhã com leite e pão e tiquete no valor de R\$ 8,00

* Têxteis da Vicunha acampados no pátio, contra fechamento da fábrica, são retirados pelos PMs sob a mira de cassetetes.

Trabalhador, diante das demissões a burocracia propõe indenizações miseráveis e uma política econômica para ajudar os empresários, como se o governo FHC não fosse o governo dos patrões.

Nossa defesa deve ser:

- 1- Nenhuma demissão
- 2- Escala móvel das horas de trabalho
- 3- Nenhum fechamento de fábricas
- 4- Funcionamento das fábricas com controle operário da produção

NACIONAL



Vicunha e Sofunge, 2.800 demissões

O fechamento da Vicunha de Tatuapé e Belém (SP) pôs na rua 1300 operários e a Sofung, na Lapa, 1500. A primeira justificou necessidade de transferência para outras unidades fabris mais lucrativas e a segunda falência. Sem mais nem menos, 2800 trabalhadores, em apenas uma semana, são desempregados. Em realidade, diariamente estão sendo demitidos centenas e centenas. O desemprego se agiganta como as águas do mar.

O poder dos patrões de simplesmente chegar um dia e fechar as portas da fábrica, por qualquer razão que seja, cortando mais de dois milhares de postos de trabalho, é o reflexo mais cru do exercício da ditadura de classe da burguesia sobre os assalariados. O fechamento de fábricas e o aumento caudaloso do desemprego retrata a falência social do capitalismo, que por sua vez é consequência de seu impasse econômico, que por sua vez tem como causa última a exploração da força de trabalho das massas e a acumulação de capital.

Já estamos cansados de ouvir que o desemprego voltou a crescer com o Plano Real, e que só em São Paulo existem cerca de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) desempregados. Esse número estarrecido, que é tomado como normal pelos capitalistas, porque parecem inevitáveis, vai se ampliar ainda mais.

O governo de São Paulo (PSDB) e o governo federal (coligação PSDB, PFL, PMDB, PPR, PTB) não só a tudo assistem como asseguram o poder dos capitalistas colocarem na rua milhões de operários, comerciários, bancários etc. A ditadura de classe da burguesia é exercida justamente através de seus governos, partidos e Estado. E contam para isso com a convivência da corja de sindicalistas vendidos e com o auxílio da "oposição" consentida e reformista, do tipo PT, Pcdob etc. Está formado um extenso "cordão" burguês com capitalistas, governos, partidos patronais, burocracia sindical e reformistas em torno da classe operária, para que a crise econômica seja descarregada sobre as massas e não haja um levante revolucionário dos oprimidos.

A existência de um exército de desempregados é parte do funcionamento do capitalismo. Trata-se de um sistema que não pode empregar a todos e em que o exército de desempregados tem a função econômica de fornecer mão de obra barata aos exploradores. Porém, quando esse regime está em crise aguda, utiliza-se do desemprego não só para aumentar a taxa de exploração como também para destruir parte das forças produtivas. O que quer dizer que uma grande parcela não mais voltará para a produção. Será definitivamente inutilizada.

É isso que estamos vivenciando, não só no Brasil mas em nível mundial. E que conclusão temos de forçosamente chegar? Que a luta contra o desemprego tem de ser revolucionária, ou seja, voltada a unir os empregados e desempregados para destruir o "cordão" burguês e o regime de exploração do trabalho.

É falso que não há outra saída. É falso

que o Brasil terá de passar por "ajustes produtivos" devido à globalização e que o desemprego é conjuntural. Certamente, a saída dos capitalistas será sempre o desemprego, fechamento de fábricas e esmagamento salarial. A saída econômica e social progressiva só pode ser dada pela classe operária. Para isso terá de se levantar contra o desemprego e o salário de fome, unindo estas reivindicações com o objetivo de tomada das fábricas, de imposição do controle operário da produção, de tomada das terras dos latifundiários, de destruição do Estado capitalista e implantação de um governo revolucionário.

É claro que nos perguntarão: como isso será possível? A resposta está na construção do partido operário revolucionário que tem rigidamente esse objetivo. É com essa ferramenta que uniremos a classe operária e demais oprimidos em torno do programa da revolução socialista. O Partido do operariado é a condição para expulsar a burocracia sindicalista traidora, rechaçar o controle dos reformistas corrompidos e golpear a classe capitalista.

Por que a classe operária não se une contra o desemprego e a exploração capitalista?

Diante do fechamento da Vicunha, cerca de 300 operários ocuparam a fábrica. Os demais se dispersaram, aceitando passivamente o fato. A Força Sindical, que dirige o Sindicato Têxtil, não fez senão manobrar para que a ocupação não passasse do pátio da fábrica, quando as máquinas estavam embaladas em seu interior. É a tal da ocupação pacífica, que, quando o patrão bate o pé e chama a polícia, a direção sindical logo negocia a saída.

O argumento é sempre o mesmo. "Não ocupamos para confrontar a polícia". "Não queremos violência, mas apenas defender nosso direito". "Que os patrões nos paguem os direitos". "Vamos sair porque não queremos que a polícia bata em operários". Como os patrões, o governo e o comandante militar sabem que a ocupação não é para valer, bastam ameaçar com a presença da tropa para a burocracia suspendê-la.

Na Vicunha, o patrão exigiu que deixassem o pátio da fábrica todos aqueles que estavam apoiando o movimento e que permanecessem juntos dos ocupantes apenas dois diretores sindicais. A burocracia logo concordou porque seu objetivo não era organizar nenhuma resistência. Ganhava, assim, mais um dia para poder fazer os operários recuarem na luta. A negociação ocorreu no sábado. No domingo, o Sindicato chamou o padre para fazer uma missa de enterro do movimento e na segunda-feira, dia do julgamento no TRT, os operários deixaram a fábrica, acampando uns poucos em sua frente.

Nem bem isso ocorreu, a Sofunge fechou as portas. O sindicato metalúrgico, também da Força Sindical, fez a mesma coisa. Ocupou passivamente e logo desocupou. Diante da negativa dos dois patrões

es em pagar a mísera indenização exigida pelos sindicatos, a Força Sindical de Medeiros convocou uma manifestação na Secretaria da Fazenda.

Os burocratas achavam que por serem conciliadores e traidores a serviço do governo iriam ser recebidos por uma comissão governamental, para assim negociar a indenização. Lá estavam a polícia militar e os seguranças particulares. Os burocratas não tinham como recuar, tendo atrás de si 800 operários metalúrgicos e têxteis. Ao tentarem forçar a entrada, foram golpeados, sentindo o peso da mão de ferro daqueles que eles mesmos apalpam. Enfim, os operários revoltados impuseram a ocupação do prédio.

O que fez a burocracia? Novamente foi negociar com o governo e suspendeu a ocupação. Desta forma, liquidou um movimento que poderia ser uma ponta de lança contra a arbitrariedade patronal e o desemprego em massa. As demissões da Vicunha e Sofunge dizem respeito ao desemprego que atinge toda classe operária. Mas nenhum movimento dos sindicatos é feito para unir os empregados e desempregados numa só luta.

Onde estava a CUT? Seus dirigentes simplesmente ignoraram o conflito. Afinal de contas, era terreno da Força Sindical e também não fariam muito diferente do que fizeram Medeiros, Paulinho e José Roberto.

Estamos em presença de exemplos vivos do porquê os operários não se unirem em luta de massa contra o desemprego e a exploração capitalista. Na direção dos sindicatos e das Centrais, está enfiada uma camarilha de sindicalistas, que fazem a política patronal e governamental. Uma camarilha que anula os sindicatos como instrumento de preparação antecipada da resistência operária à onda de desemprego.

Desde 1985, os donos da Vicunha vinham prometendo fechar a fábrica devido a novos projetos empresariais. O sindicato, entretanto, nada fez. Só comparecendo no momento do fechamento, para

NACIONAL



manobrar a ocupação e parecer como dirigente do conflito. A burocracia desmoraliza assim o sindicato perante os trabalhadores e os divide constantemente.

A unidade operária contra o desemprego e a defesa do trabalho a todos através da implantação da redução da jornada de trabalho (escala móvel das horas de trabalho) depende da classe operária expulsar a burocracia sindical comprometida com o capitalismo e construir uma nova direção. O Partido Operário Revolucionário trabalha nesse sentido. Todo operário e militante conscientes devem se concentrar nessa tarefa.

Operários defendamos a escala móvel das horas de trabalho

O desemprego é um mal do capitalismo, que não será sanado senão

com sua destruição. O caminho para isso começa por fazermos uma defesa intransigente de nossas vidas. Sem emprego, o operário se transforma em pedinte, em morador de rua, em marginal, vê sua família se desintegrar e passa fome.

Os capitalistas pouco se importam se os operários desempregados vão se desintegrar social e fisicamente. Pouco se importam se se desumanizarão na mais profunda miséria. Para esses parasitas do trabalho, o que importa é ganhar mais dinheiro, aumentar seus patrimônios e viver faustamente. O dono da Vicunha, Jacks Rabinovich, nem bem explicava que era um mestre em ganhar dinheiro e que seu maior passa-tempo é a pescaria, demitia de uma vez 1300 operários.

Eis por que nossa resposta ao fechamento de fábrica e demissões deve ser radical. Contra o desemprego, lutemos pela ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, que consiste em dividir as horas nacionalmente trabalhadas entre todos os homens e mulheres aptos à produção. Com a escala móvel das horas de trabalho, haverá uma drástica redução da jornada de trabalho (sem redução de sa-

lário) e todos terão uma fonte de sustento.

Os capitalistas não a aceitam porque atingem os seus lucros. Para eles, o que vale é o lucro; para nós, o que vale é nossa vida. Trata-se de uma contradição advinda da economia capitalista baseada na exploração do trabalho. Ou se protege os lucros e a propriedade da classe burguesa exploradora, ou se protege a vida da classe operária explorada. Não há meio termo. Aqueles que dizem não querer prejudicar em demasia o lucro dos capitalistas e ao mesmo tempo dizem defender a vida dos trabalhadores não passam de embusteiros, mentirosos e falsificadores. Esses são os mercadores que controlam os sindicatos e não unem os operários em torno da Escala Móvel das Horas de Trabalho.

Nós dizemos o contrário, o que está em jogo é a vida da classe produtiva. Vamos defender o emprego a todos, unindo empregados e desempregados. Ocupemos não apenas uma fábrica, mas façamos um movimento geral de ocupação de fábricas, organizada para resistir à repressão. É assim que poremos fim ao poder dos capitalistas decidirem sobre nossas vidas e de nossos filhos.

Agrava-se a crise interburguesa

É preciso unir as lutas num só movimento

A aplicação do plano antinacional e antipopular de FHC tem acirrado as disputas entre os bandos capitalistas, especialmente entre as oligarquias regionais do norte-nordeste e do sudeste. A concretização do plano neoliberal afeta a economia do país inteiro, e as frações capitalistas se debatem para ver quem sobrevive à quebradeira geral, associando-se ao imperialismo, que tem aumentado seu controle sobre os setores mais importantes da economia brasileira.

Recentemente, as oligarquias nordestinas pressionaram o governo e conseguiram um acordo de benefícios fiscais para montadoras se instalarem nos estados do norte-nordeste. As fábricas de veículos que lá se instalarem terão isenção de impostos e outros incentivos. A bancada nordestina pressiona ainda pela diferenciação tributária, que tornaria menor a carga de impostos para os estados menos desenvolvidos e mais pesada para os estados mais industrializados. Tal reivindicação é reflexo das desigualdades regionais, produto do desenvolvimento desigual e combinado capitalista, que se expressa nos paí-

ses atrasados pelo desenvolvimento de poucos pólos capitalistas mergulhados num mar de atraso. Essa conformação é determinada pelas relações econômicas mundiais capitalistas, em que dominam uns poucos países desenvolvidos, imperialistas, que impõem o atraso ao restante do planeta, em benefício próprio.

A reivindicação das oligarquias nordestinas se choca com os interesses da burguesia industrial do sudeste. A indústria de autopeças tem sido uma das mais afetadas pela abertura de mercado e substituição de peças nacionais pelas importadas nos veículos montados aqui. O recente fechamento da Sofunge é expressão da crise do setor.

O favorecimento fiscal para a instalação de montadoras na região nordeste encarecerá as peças produzidas no sudeste, que ficarão em desvantagem ainda maior em relação às peças importadas. O imperialismo será o maior favorecido com o acordo. O presidente da Anfavea reivindicou benefícios para a instalação de indústrias de autopeças na região, como compensação.

A luta se expressa eleitoralmente

O PFL, controlado pelas oligarquias regionais, em especial as do nordeste, tem agido para aumentar sua influência no aparato estatal, e prepara o terreno para ser a principal força no próximo governo, a ser eleito em 1998. Realizou alianças com o PPB malufista nas principais cidades do país e procurou com isso enfraquecer o PSDB. Caso consiga vencer as eleições, aumentará seu poder de barganha no interior do governo e abrirá boas condições para a disputa presidencial de 1998.

O PSDB encontra dificuldades para fazer avançar o plano neoliberal, e a cada passo cede às pressões do PFL. Com o

agravamento das divisões entre as frações burguesas, mostra-se incapaz de conter a crise política. Sua incapacidade expressa a impotência histórica da burguesia nacional, em especial a industrial, que não consegue e não conseguirá superar o predomínio do atraso no estado semicolonial.

A crise só não avança mais pela ausência de um movimento de massas que se choque contra o governo e os capitalistas. Ausência essa que se deve à divisão e controle de inúmeras greves e manifestações pela burocracia sindical. O isolamento dos choques de classe, que são causados pelo desemprego, atraso salarial e aumentos, tem impossibilitado que a classe operária se manifeste nacionalmente como uma só força. Essa situação tem uma outra nefasta consequência, que é a do movimento dos sem-terra não poder se ligar ao movimento operário, numa única luta da maioria oprimida contra os latifundiários, a burguesia industrial, os banqueiros e o governo burguês de FHC.

O reformismo e a burocracia sindical direitista estão amarrando a luta nacional de massa, no momento procuram canalizar todas as forças para as eleições, arrastando os assalariados para as promessas mentirosas do voto.

A saída para a opressão nacional a que o país está submetido e para a unidade e independência nacionais depende da revolução proletária. A luta nacional de massa para derrubar o plano de fome de FHC é um passo nessa direção.

A bandeira de unidade das lutas, de um plano único de reivindicações e aliança operário-camponesa é o caminho a ser tomado pela propaganda e agitação revolucionária. As reivindicações básicas como emprego e salário, não às reformas neoliberais e defesa das conquistas sociais opõem as massas ao governo e à burocracia sindical traidora.



Carta sobre carta

Depois de ler a "Carta aberta aos militantes do PSTU", publicada no jornal Socialismo Revolucionário, achamos conveniente mostrar nossa divergência de posição frente ao mesmo problema: o da tática eleitoral do PSTU e da Frente de Esquerda. Se não nos equivocamos, antes dessa Carta dos companheiros já havíamos publicado nossa Carta Aberta ao PSTU com o mesmo sentido de denúncia e polêmica. Caso se tenha paciência de ler as duas, se poderá observar a profunda diferença no teor da crítica.

Em nossa "Carta", demonstramos a farsa do PSTU em chamar a formação de uma Frente de Esquerda por um programa socialista. O programa apresentado, tanto no panfleto do 1º de Maio quanto no jornal "Opinião Socialista", não tem nada de socialista, pois está distante de um programa de transição. Mostramos que se trata de uma listagem de reivindicações que não ultrapassam os limites do capitalismo e cuja estratégia é de um governo adaptado à máquina estatal. Analisamos também que tal programa foi talhado para se constituir uma frente com o PT, PCdoB e PC. De forma que o PSTU fez de tudo e em toda parte para contrair compromissos frentistas com o apodrecido PT e seus congêneres frentepopulistas.

O PSTU só não se meteu novamente no frentepopulismo dos reformistas, que cada vez caminham mais para a direita, como comprova a candidatura de Erundina, porque este o rejeitaram. Em São Paulo, o Manifesto de lançamento da candidatura de Valério Arcary se caracterizou por lamuriar a impossibilidade de uma Frente socialista com o PT; tendo Erundina como candidata. Ao mesmo tempo, o PSTU desprezava qualquer discussão com as correntes "menores" de esquerda, incluindo o POR.

Qual é nossa caracterização dessa política do PSTU? A de oportunismo e negação explícita do trotskismo. Pois bem, para nós tudo começou com a crítica do programa reformista socialdemocrata lançado pelo PSTU e a correspondente tática de Frente de Esquerda. E a crítica do "Socialismo Revolucionário" por onde começa e acaba? Inicia dizendo que há "grandes acordos políticos" entre as duas organizações. Mas não diz que acordos são esses. Diz respeito ao programa lançado pelo PSTU? Só podemos depreender que sim. E por fim acaba fazendo apologia do apoio à candidatura de Valério.

A Carta refere-se à necessidade de "construir um pólo alternativo ao PT que, com um programa revolucionário, possa disputar e dirigir as massas dos trabalhadores". Ora, que programa revolucionário é esse? Que método defendemos para pôr em pé um partido capaz de dirigir as massas? Tudo fica no ar. O que explica o fato da Carta não mencionar nenhuma crítica programática ao PSTU.

Logo em seguida diz que o "SR chamou à construção de uma Frente Nacional de Esquerda". E lamenta o fato do PSTU recusar esse chamado do SR. E o acusa de impossibilitar "aglutinar um setor mais amplo de descontentes com o PT". Voltamos ao princípio: com que programa? Com que tática eleitoral? Com o eleitoralismo "socialista do PSTU", que já está aglutinando os "setores descontentes do PT" e também uma porção de carreiristas de esquerda, que logo mais farão saltar o PSTU em pedaços? O objetivo principal e primeiro de uma política marxista frente às eleições é ou não é defender o programa da revolução e ditadura proletárias e combater o ilusionismo democratizante inculcado pela burguesia no cérebro dos trabalhadores? Não é por esse caminho que espantaremos os carreiristas descontentes e atrairemos a vanguarda militante disposta a assimilar o marxismo e dedicar sua vida à luta revolucionária?

Continuando seu raciocínio, a Carta reclama da "postura sectária" do PSTU. O equívoco dessa caracterização é total. O sectarismo do PSTU em não abrir discussão com as organizações de seu flanco esquerdo, limitando-se ao flanco direito (PT etc), é o outro lado da medalha do oportunismo. O determinante de sua conduta eleitoral, no caso concreto

presente, é o oportunismo e não o sectarismo. Justamente porque o SR não analisa o programa do PSTU e sua posição frentista é que cai no superficialidade de achar que o PSTU está sendo sectário com seu flanco esquerdo.

Toda corrente eleitoreira, por mais esquerdista que seja verbalmente, tem vocação frentepopulista. É esse conteúdo que norteou o PSTU para uma frente com os frentepopulistas. Que importância teria para ele uma frente com o flanco esquerdo? Seria carregar um obstáculo para futuras composições e alianças com os frentepopulistas. O PSTU sabe que essas eleições não são as últimas. E que seu destino eleitoral está ligado ao do PT, PCdoB e PC. Nessa ordem de valores. Por isso não adianta o SR se lamuriar do sectarismo do PSTU.

Uma conclusão perigosa da caracterização de sectarismo do PSTU é a de que "mesmo uma Frente composta pelo PSTU e pelo SR teria uma diferença qualitativa na atual conjuntura". Aqui o ilusionismo do SR é flagrante. Em nada mudaria a política oportunista do PSTU. E de forma alguma seria um passo para "a construção de uma alternativa revolucionária". Ao contrário, quando muito reforçaria a via oportunista de aglutinar os descontentes do PT, que em grande parte se aproximarão ainda do centrismo. Os descontentes do PT estão descontentes com sua política eleitoral e suas gestões repressivas, pelo menos a maioria. Essa é a mais pura verdade. Esta aí a razão do PSTU procurar aglutiná-los com o esquerdismo eleitoreiro.

Nossa tarefa é outra. É a de demonstrar através do programa, da militância proletária e da crítica política o quanto pernicioso para as massas é a política do eleitoralismo e do democratismo burguês, que inclui o pequenoburguês.

Deixaremos de analisar outros aspectos da Carta, como o de reclamar da resposta do PSTU, que disse que o SR "é pequeno" e "não é legal". Tudo isso é mostra do oportunismo dos revisionistas do trotskismo e não do sectarismo.

A cegueira crítica do SR carrega uma grave consequência: acoberta o oportunismo reformista-eleitoreiro do PSTU. Tal acobertamento revela que o SR não se desvencilhou das influências do centrismo do PSTU, de onde se originou a partir do entrismo do ex-Militante Socialista. Não é por acaso que lança apoio à candidatura de Valério, com a ilusão de que esta "pode ser um pólo de atração e de construção de um programa alternativo ao neoliberalismo". Pior ainda. Afirma em tom aclamatório que com a candidatura de Valério o SR revolucionário "poderá dizer bem alto: O SOCIALISMO NÃO MORREU E NÃO VAI MORRER NUNCA!"

Imagine só se precisamos de uma candidatura centrista-oportunista de uma corrente revisionista do Programa de Transição e renegadora da IV Internacional para levantar a bandeira que o socialismo não morreu. Nossa bandeira marxista perante as massas é: O CAPITALISMO ESTÁ AGÔNICO, SEPULTEMOS O CAPITALISMO COM A REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS. CONSTRUAMOS O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA. VIVA O SOCIALISMO, MORRA O CAPITALISMO.

NACIONAL



O PCdoB e as eleições...

O denominado Partido Comunista do Brasil, agremiação stalinista sem princípios, chega mais uma vez neste ano de eleições municipais acorrentado a uma concepção pequeno-burguesa de mundo e acostumado aos tradicionais cambalachos fisiológicos, repetindo ano após ano os mesmos erros e oportunismo de sempre. Os fatos comprovam a trajetória de um partido viciado, adaptado às leis burguesas, um partido vendido ao revisionismo do marxismo-leninismo, a convivência pacífica e as lutas através do processo legislativo, priorizando as eleições em detrimento dos movimentos e organizações de massa.

Em todos os seus documentos, as palavras como Revolução e Socialismo servem para enganar sérios militantes, forjados individualmente e nunca num processo coletivo. Documentos como A Classe Operária e Questão de Ordem estão sempre impregnados com notícias e chamamentos às eleições.

Em ano de eleições, o PCdoB põe toda sua militância a organizar Encontros, Congressos, Simpósios, Debates entre o movimento estudantil, negro e mulheres, como forma de arregimentar cabos eleitorais para o Partido. As Convenções e novas filiações são colocadas como uma exigência legal e uma necessidade política, "pois demonstra objetivamente que o Partido apresenta-se com mais força na sociedade", segundo o boletim Questão de Ordem.

Lembrando alguns fatos.

A Classe Operária (Ano 64, nº 10), afirma que o vereador do extin-

to partidão, o PCB, em Belo Horizonte, Cobério Arutana (que se intitulou de comunista cristão), "recorreu a uma aliança espúria com o PMDB". Como chamar a aliança do PC do B com o PSDB, que elegeu Pimenta da Veiga em Belo Horizonte? E em 92, a aliança com o PMDB em Porto Alegre, Cuiabá, Curitiba e Maceió? Com o PSDB em Belém, Salvador, Teresina e com o PDT em Manaus, Rio de Janeiro e Fortaleza?

Em todos os momentos da vida partidária exala o cheiro de eleições. Nas resoluções da Conferência Regional de São Paulo em 91, a ordem é fatal. "...aprovar coligações que possibilitem enfrentar os desdobramentos do quadro de crise política vivida pelo país, bem como o 2º turno eleitoral nas cidades onde tal poderá ocorrer".

Quem não se lembra do total apoio do PC do B ao sanguinário Fleury, com o argumento de derrotar Maluf? Ao mesmo tempo, o bom patrão Antonio Ermírio de Moraes pagava uma carta de apoio a Fleury, que saiu nas primeiras páginas dos principais jornais. O que a militância séria deste partido pode concluir quando um grande empresário faz a mesma defesa de um candidato que também tem a defesa e apoio de um partido tido como marxista-leninista.

O PC do B por não ter norte, nem bases programáticas que realmente o eleve como um verdadeiro partido revolucionário acaba por fazer o jogo do momento, muito oportunisticamente. No seu Questão de Ordem nº 26, o partido tem uma posição bem clara junto a Itamar Franco (o nacionalista, o progressista, o democrático para o PC do B); lê-se: "O PC do B adota diante do novo governo uma expectativa positiva... para que o novo presidente altere os rumos das privatizações..." Ora, ora, doces sonhos com a burguesia nacional. Basta que se tome os dados para se verificar que o maior número de privatizações se deu sob o governo de Itamar.

A carta do chefe supremo do PC do B, João Amazonas a Itamar Franco em 01/03/93 (A Classe Operária, Ano 68, nº 97), é a prova cabal que o partido se corrompeu até a medula. Em certa altura, diz: "Na acidentada trajetória de nosso País não tem sido frequentes os momentos em que os *estadistas e próceres da Nação* enxergam com lucidez a gravidade dos angustiantes problemas brasileiros, fizeram deles um diag-

nósticos consoante uma ótica patriótica e democrática...".

Também vergonhoso e escandaloso foi o panfleto emitido pelo Diretório Municipal de Campinas, em que tecem sérias críticas ao governo municipal de Jacó Bittar (PDT), por não se posicionar contra Collor; mas *curiosamente* neste ano eleitoral o partido sai coligado com o mesmo Jacó (hoje no PSDB), que chegou inclusive a afirmar: "que estamos no mesmo barco", na época do governo corrupto de Collor.

Collor, em visita ao Rio, brinda com o governador caudilho Brizola (que foi eleito numa coligação com PC do B). O partido afirma na época que: "Mesmo considerando equivocada a aliança tática de Brizola com Collor, o PC do B mantém o apoio ao governo Brizola e ao PDT". (A Classe Operária, Ano 66, nº 63) E as alianças eleitorais com o PDT continuam.

Novamente, nos caminhos tortuosos do eleitoralismo, o PC do B apanha e não aprende. Em 1992, o jornal A Classe Operária, Ano 68, nº 79 desce a lenha no PT e na administração de Erundina que chegou a demitir "quase 500 pais de família, trabalhadores da CMTC, e nega-se a pagar os dias parados...". Agora, em 1996, após mendigar de joelhos, uma coligação com o mesmo PT e a mesma vendida Erundina, o PC do B volta a cometer os mesmos erros com o pior dos argumentos: Unidade Popular e Governo Democrático dos Trabalhadores.

Mas o PC do B já achou seu próprio antídoto ao fazer recomendações ao PT; imagine só. Na Classe Operária, Ano 69, 6ª fase, nº 103, o título sugestivo de: *O real conteúdo da crise no PT*, chega a afirmar que "A política de alianças do PT deveria privilegiar os partidos de esquerda e não o PSDB, de centro... Exigência de maior presença dos quadros petistas nas lutas sociais a partir da análise de que o PT tem dado importância demasiada à luta institucional e parlamentar em detrimento dos movimentos populares.

Como se vê pelos fatos concretos, este é o partido que se diz marxista-leninista, que se diz comunista e que se diz revolucionário; pobre da militância que é levada a se corromper com o engodo das eleições como forma de fazer avançar as lutas sociais.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Natal (RN)

Para que servem as denúncias?

O PSTU, regional Natal, em seu panfleto "Contra as alianças com os partidos burgueses", faz uma série de denúncias das coligações contraídas pelo PT e PCdoB com os partidos da burguesia. Inicia dizendo que faz "sérias restrições às alianças sem princípios que o PT e o PCdoB vêm fazendo no interior do Estado, como em Caiacó, onde estes dois partidos apóiam o Coronel Manoel Torres do PMDB; em Ceará Mirim que o PCdoB está aliado ao PFL e ao PL; em Umarizal, PCdoB e PFL; em Macau, PT e PSDB e em Touros, PT e PMDB.

Para que servem tais denúncias? Segundo o título do panfleto, o PSTU sugere que se trata da "defesa da independência de classe". Ocorre que

o PSTU não se importou em fazer uma séria crítica programática aos reformistas do PT e aos estalinistas do PCdoB, para assim explicar a razão de tais alianças. Ocorre que o PSTU fez de tudo para estruturar uma aliança com o PT e PCdoB, numa denominada "Frente de Esquerda", por candidaturas socialistas.

Como se vê, os principais alvos da aliança partidária do PSTU são justamente aqueles que se aliam com todo e qualquer partido da burguesia. É preciso relembrar que o PSTU ajudou a eleger candidatos como Cristovão Buarque, governador de Brasília, e que agora tem de ser criticado por essa mesma corrente porque demite funcionários, joga a polícia sobre os

manifestantes, institui uma polícia especial e apóia abertamente o plano neoliberal de FHC.

O apoio eleitoral que o PSTU deu a Cristovão é fruto de sua concepção oportunista de constituir frentes eleitoreiras com os apodrecidos reformistas, que nada têm a ver com o mínimo dos interesses do proletariado. Novamente perguntamos, então para que servem as denúncias do PSTU?

Nacional

Realizada a Plenária do Nordeste do POR

A regional do Partido Operário Revolucionário do Nordeste realizou, em Natal (RN), uma plenária com o objetivo de coletivizar a compreensão política da situação e avaliar os problemas organizativos. Nesse sentido, teve como pauta a situação mundial e nacional e os problemas organizativos para o desenvolvimento do partido.

Segundo o informe da regional, foi uma rica experiência que fortalece a consciência marxista-leninista-trotskista da militância. A plenária assinalou uma série de obstáculos que deverão ser superados e indicou o caminho para uma militância profissional (leninista). O fortalecimento do partido em todas as partes do país é a condição para que a classe operária consiga superar seu atraso político organizativo e ideológico. O trabalho partidário sistemático, a formação de quadros verdadeiramente marxistas e a constituição de uma rede de células por todo o país é uma tarefa colocada para os trotskistas.

Fortaleza - Ceará

Por uma direção revolucionária no movimento estudantil da UECE

A eleição para o DCE da Universidade Estadual do Ceará (UECE), realizada recentemente, mostra bem o distanciamento cada vez maior das correntes reformistas e oportunistas das bases estudantis. Concorreram, chapa contra chapa, as duas tendências até agora mais influentes na UECE: O PT e o PSTU. O resultado surpreendeu pela grande ausência do estudantado. Fato esse que impossibilitou a eleição atingir o quorum necessário, tendo de ser anulada.

O desinteresse estudantil e sua passividade são um reflexo do descontentamento com essas duas correntes, que por hegemonizarem as principais forças são responsáveis pelo imobilismo. Devido se comportarem como correntes eleitoreiras e despreocupadas com o trabalho cotidiano nas bases estudantis recai sobre elas a responsabilidade do tremendo retrocesso na politização do movimento estudantil. Sem dúvida, entra nesse quadro os estalinistas do PCdoB.

A ausência de quorum não é apenas um problema eleitoral de menor importância. Trata-se do enfraquecimento do Diretório Central dos Estudantes da UECE, cuja base estudantil está total-

mente desorganizada e dispersa. A tarefa que se coloca é de reverter essa situação, através de um trabalho de reorganização do estudantado em torno de um programa. Programa esse que responda à decadência do ensino, à ofensiva privatizante do neoliberalismo, à defesa estratégica do ensino vinculado à produção social e que seja o ponto de partida para o estudantado se unir à luta da maioria nacional oprimida contra o capitalismo putrefato.

É preciso, com esse programa, voltar o movimento estudantil para os grandes problemas nacionais e mundiais, que dizem respeito ao desenvolvimento da luta de classe. Não se pode ter um movimento universitário forte e politizado se este não estiver voltado para a luta antiimperialista e anticapitalista. A luta ideológica por uma posição proletária no interior do estudantado é fundamental para se contrapor à ideologia dominante da burguesia, que serve de adestramento e bloqueio da consciência revolucionária. O POR vê assim a questão e trabalha por constituir uma direção revolucionária, que quer dizer apoiada na estratégia socialista da revolução e ditadura proletárias.



Educação

Covas segue a trilha dos governos neoliberais: Avaliar para demitir

O governo de São Paulo já demitiu milhares de funcionários públicos. A sua redução é parte da reforma administrativa, que vem sendo implantada em todo o país. Para isso, os governos estaduais utilizam dois mecanismos: as "demissões voluntárias" e as avaliações de desempenho. Tais mecanismos nada têm de originais. São orientações estratégicas do Plano mais geral imposto ao país pelas potências imperialistas. Basta verificar os documentos do Banco Mundial, que ditam as orientações para a reforma do ensino no Brasil, que encontraremos a avaliação de desempenho como instrumento de demissão.

Covas segue esse caminho traçado desde fora do país e encarnado pelo governo do PSDB. Para isso, já realizou dois programas de "demissões voluntárias". Ambos fracassaram, pois o número de funcionários que se desligaram foi extremamente baixo para a meta proposta pelo governo. Já realizou os exames probatórios, para atingir os efetivos com menos de dois anos. Mas ainda considera pouco. Agora é a vez de "avaliar" todo o funcionalismo (efetivos, estáveis e contratados). Visa, com isso, preparar as condições para pôr na rua milhares de funcionários concursados. Enquanto realiza a avaliação, conta os dias para que o Congresso vote o fim da estabilidade.

A ofensiva do governo sobre o funciona-

lismo é uma navalha com dois lados: a demissão e o arrocho salarial. A conversa fiada de que a demissão traria melhores condições salariais para os que ficavam se esfuçou. Covas demitiu 30 mil professores no início do ano e deu como "prêmio", para os que permaneceram, vinte centavos de reajuste. Como se vê, o governo está a serviço da política dos cortes, redução dos gastos, achatamento salarial e da privatização dos serviços públicos.

O que faz a diretoria da Apeoesp

A diretoria da Apeoesp não quer nem ouvir falar de convocar e organizar o professorado para resistir à ofensiva do governo. Continua com o lengalenga dos abaixo-assinados, das caravanas inócuas ao Parlamento, dos telegramas aos deputados e toda sorte de distracionismo.

Em relação à avaliação, mesmo sabendo que o governo a utilizará para demitir, tem o descaramento de dizer que ainda não tem claro os seus objetivos. Sugere aos professores, que se sentem prejudicados, que recorram ao jurídico. Está aí a mais evidente colaboração com o governo.

Os professores devem rechaçar essa conduta conciliadora da diretoria, que só tem trazido derrotas e enfraquecido o poder de luta da classe. Nesse sentido, há que organizar, desde as escolas, um forte movimento em defesa do emprego e do imediato reajuste salarial, para repor as volumosas perdas. Para isso, devemos exigir a convocação de uma assembléia massiva, para que possa aprovar o início da luta contra o governo que destrói a educação e mutila a vida dos funcionários públicos.

AFUSE - Nada de luta, só disputa aparelhista

No CR do dia 09/08, após um improdutivo debate em torno das eleições do dia 30 de agosto, a diretoria abriu discussão em torno do plano de lutas e campanha salarial.

O distanciamento da base e o que vem acontecendo dentro das escolas fizeram que se chegasse à ausência de uma única proposta de paralisação.

A política de conciliação de classes e pressão parlamentar, como a de fazer os funcionários procurarem os candidatos burgueses e pedir-lhes que prometam que vão ajudar o funcionários, foi aprovada no último congresso.

As avaliações, o plano de demissões voluntárias, a contratação por tempo determinado e sem renovação, a anulação dos concursos públicos, a reforma administrativa e a quebra da estabilidade não foram suficientes para que a diretoria do sindicato mobilizasse a categoria, pois a mesma estava preocupada somente com a eleição da "nova" diretoria, mais preocupada com a possibilidade da perda do aparelho após a divisão da burocracia.

Isso enquanto o momento é propício para a paralisação, quando algumas regiões estavam com indicativo de greve, a direção jamais proporia uma paralisação imediata, porque a questão financeira se tornou de primeira ordem.

Foi tirado um indicativo de Assembléia Geral para após a posse do novo CR, 14/09, quando a categoria se reunirá para decidir se adere ou não à

greve. O momento é propício, mas a burocracia tem trinta dias para fazer as suas manobras.

O estalinismo e o reformismo

A Corrente Sindical Classista, que diz defender um "sindicato classista", abusa do amor ao aparelho, há anos estão dentro da direção e agora compõem a chapa 1 só depois de não entrarem em acordo com a chapa 2 nos cargos eletivos (queriam a proporcionalidade nos votos).

Nos congressos da entidade, não defendem a proporcionalidade, nem defendem a democracia operária nas eleições do CR, onde a direção regional deve ser quem reza a cartilha da Articulação.

Dizem que têm posições tão diferentes da Articulação, mas não abrem mão dos conchavos, fazendo o papel de pau-mandado da diretoria, quando esta é criticada.

Não pensam duas vezes em tomar o microfone, através de palavras chulas e linguajar vulgar, desconhecendo a democracia operária que afirma o direito da crítica e de ser criticado.

Juntam-se agora para manter o sindicato burocratizado e longe de ser um instrumento de luta. É preciso construir uma fração revolucionária em classe para varrer a burocracia sindical e construir uma nova direção, baseada num programa classista.

Educação



Ceará

Avaliação do XV Encontro estadual de estudantes de pedagogia

O XV Encontro estadual de estudantes de pedagogia se realizou no período de 06 a 09 de junho na URCA, no interior de Crato-CE. Teve como tema central "O Pedagogia em Questão". O próprio tema em si mostra a tremenda confusão imposta pelas direções diletantes.

Enfim, as discussões em torno do tema e outros que envolviam a área de educação deixaram muito a desejar. Refletiram a não discussão na base do curso, onde o PT, PCdoB e PSTU atuam como direção dos centros acadêmicos. Apesar de toda dificuldade de discussão, a Corrente Proletária da Educação procurou politizar o encontro e dar a ele um caráter militante.

Somente na plenária final foi possível levantar as

bandeiras de luta: abaixo o governo FHC e Tasso; salário mínimo de 1200 reais; formação de tribunais populares para julgar os massacres sobre os sem-terra e chacinas; estatização do ensino privado e autonomia universitária. No entanto, somente foi aprovada a bandeira da estatização do ensino privado a autonomia universitária. Isso prova mais uma vez que o reformismo e o oportunismo do PT, PCdoB e PSTU atuam como bloqueio à organização do ME sob um programa de combate.

Judiciários-SP

É necessário formar e politizar a base

A Corrente Proletária no Judiciário, que vem lutando pela reconstrução de um sindicato de luta, está realizando cursos de formação sindical nas comarcas do interior e na capital.

O objetivo do curso é dar aos militantes uma síntese sobre o desenvolvimento da sociedade, mostrando que o homem, no início, era livre da opressão dos de sua espécie, isto por não haver classes sociais.

Com o aparecimento destas, a partir da propriedade privada dos meios de produção, começa a opressão de uma classe sobre as outras.

A sociedade não é estática e desde o escravagismo as classes oprimidas lutam para se verem livres de seus opressores. É dessa forma que as diversas formas de sociedade se transformaram e que chegamos hoje à sociedade capitalista.

No capitalismo, a burguesia oprime não somente sua classe antagonica (o proletariado), como também os camponeses, o funcionalismo público, a pequena burguesia arruinada etc.

A burguesia procura utilizar os trabalhadores

do judiciário, assim como todo o funcionalismo público, como auxiliares na repressão aos oprimidos. Mas é necessário que compreendamos que também somos oprimidos pela burguesia e que por isso a única saída é apoiar o proletariado, através de seu programa (transformação da sociedade capitalista em uma nova sociedade sem exploração, comunismo) e de seus métodos de luta (ação direta), para se libertar da burguesia.

Ao final das discussões, procuramos demonstrar a necessidade da politização e organização da classe como forma de evitar o uso do sindicato por arrivistas e grupos que procuram aparelhá-lo a seus interesses, como ocorreu com o SINJESP.

Somente com a maior democracia sindical (onde a base decida os rumos do sindicato) e com a mais ampla organização de base é possível reconstruir um organismo de luta que unifique a categoria. Principalmente num momento em que teremos de travar grandes lutas como a quebra da estabilidade e a reforma administrativa.

Realizado pelo POR o debate sobre a história do trotskismo no Brasil

Como parte da campanha em defesa das teses de Trotsky para a revolução socialista, desenvolvida no mês de agosto, quando faz 56 anos de seu assassinato, foi realizado o debate sobre a história do trotskismo no Brasil.

Um dos militantes do POR e redator de duas publicações sobre o tema fez uma exposição sobre a formação da Oposição de Esquerda no Brasil, tendo à sua frente militantes como Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Fúlvio Abramo etc. Tanto na exposição quanto nos debates se procurou demonstrar a importância das teses trotskistas frente às teses do estalinismo revisionista do marxismo-leninista.

Justamente por se tratar de uma aná-

lise crítica e militante não se deixou de se demonstrar os erros e fraquezas da Oposição de Esquerda originária. Chamou a atenção o vivo interesse dos militantes e simpatizantes em compreender a história do país, da qual faz parte os primeiros trotskistas da década de 30. Isso explica a riqueza das colocações e do debate.

Para concluir, o coordenador do debate ressaltou a importância da campanha do POR em torno dos 56 anos da morte do grande revolucionário russo. Enfatizou a necessidade de maior esforço ainda para aglutinar militantes em torno da palestra-debate a ser realizada no dia 25 de agosto.



Educação



Movimento Operário

O lugar das reivindicações econômicas

No jornal Massas anterior, expusemos o problema do método de luta da classe operária. Em sua essência se resume na ação coletiva, ou seja, na ação direta. O que não exclui a utilização da luta parlamentar, desde que seja auxiliar e esteja subordinada. As variações táticas dependem da situação concreta da luta de classes. Porém, nunca as formas de luta deixam de estar condicionadas pela estratégia, que é a de destruição da ditadura de classe da burguesia e instalação da ditadura do proletariado. Quando o método e a tática não correspondem ao objetivo estratégico, conduzem a classe operária a se subordinar à burguesia, à sua ditadura de classe.

Há uma rigorosa interdependência entre o método de luta, a tática e a estratégia. É nessa inter-relação que temos a importância das reivindicações econômicas das massas.

Em geral, os trabalhadores se lançam à ação coletiva motivados pelas necessidades vitais, vinculadas ao salário, emprego e outros problemas ligados à sua existência. Devido às terríveis condições de exploração sob o capitalismo, os explorados desenvolvem os instintos de autodefesa. Vêm-se obrigados a reagir contra a ganância de lucro dos exploradores, que para isso fazem de tudo para aumentar o excedente do trabalho não pago (mais-valia). Não importando em jogar os trabalhadores e suas famílias na mais profunda pobreza e miséria.

Por se voltar inteiramente para a acumulação de capital, o regime econômico burguês desenvolve de forma crescente um pólo concentrado de riqueza ultraminoritário e um pólo de miséria que abrange a maioria. Essa contradição social opõe de maneira radical a classe burguesa e a proletária. Fenômeno esse que abrange também as demais camadas oprimidas não-proletárias, como os camponeses pobres e a classe média urbana arruinada. As crises capitalistas se encarregam de agudizar esse confronto de classes.

Inevitavelmente, as relações capitalistas de produção e distribuição impulsionam o proletariado a defender sua existência. Trata-se da luta defensiva econômica contra a fome e a miséria. Através dela, os oprimidos iniciam seu aprendizado político e descobrem sua força social, sua coesão coletiva. Têm de se utilizar da greve, manifestações, ocupações de fábrica, piquetes. Têm de enfrentar a repressão policial, as demissões e perseguições patronais. Têm de vivenciar as manobras da burocracia sindical traidora e combater as fraquezas de uma parte da classe, que tende a quebrar a coesão da luta direta etc.

Eis por que o Partido Operário Revolucionário defende a fundo as reivindicações econômicas das massas. Apóia-se nelas para alimentar os instintos de revolta dos

assalariados contra os capitalistas e contra as direções traidoras. Mas a sua defesa é apenas um ponto de partida, como é um ponto de partida dos instintos de autodefesa das massas. As lutas espontâneas e econômicas em si mesmas se esgotam nos limites do capitalismo e não permitem ao proletariado se libertar da exploração e da ditadura de classe da burguesia. O que se consegue num dia com muito combate, no outro a burguesia retira e às vezes em dobro.

O reformismo e o burocratismo sindical é que limitam as reivindicações econômicas, as separam artificialmente da exploração capitalista e tomam-nas como um fim em si. Assim, mutilam a capacidade de luta das massas e bloqueiam sua evolução revolucionária anticapitalista. Opostamente, o POR tem as bandeiras econômicas como parte de um sistema de reivindicações transitórias que levam a classe operária a lutar pelo poder do Estado, por destruir o domínio da classe burguesa sobre os meios de produção e por implantar a ditadura de classe do proletariado contra a minoria exploradora capitalista.

Combatemos a separação entre o "programa mínimo" que engloba as reivindicações econômicas e democráticas, e o "programa máximo", que responde às tarefas da revolução socialista. Aqueles que fazem tal separação em nome da defesa "realista" das lutas econômicas não passam de reformistas e acabam traíndo. Aqueles que, por outro lado, se negam a desenvolver um paciente trabalho de mobilização em torno das bandeiras econômicas em nome da revolução socialista e em aparente negação ao reformismo não passam de ultraesquerdistas.

O POR rechaça essas duas variantes, o que inclui aqueles que dizem defender o método do programa de transição, mas que acabam fazendo política economicista e populista de esquerda. Para o marxismo, as reivindicações econômicas e democráticas (por exemplo, direito de greve etc) são a base por onde as massas iniciam o combate e caminham por projetá-lo contra o Estado burguês e todo ordenamento do regime de exploração do trabalho. A luta consequente pelas reivindicações vitais dos trabalhadores se transforma em luta de toda classe explorada contra o Estado, ou seja, em luta política em torno do poder. Equivale dizer em luta pela ditadura do proletariado.

Nesse particular, as seguintes formulações marxistas são decisivas: 1) "A natureza revolucionária da época atual consiste precisamente em que as condições de existência mais modestas das massas operárias são incompatíveis com a existência da sociedade capitalista, e que por essa razão a própria luta pelas reivindicações mais modestas adquire as proporções de uma luta pelo comunismo" ("Teses sobre a tática"- Terceiro Congresso da Internacional Comunista, 1921); 2) "(...) É preciso ajudar as massas no processo de sua luta quotidiana a encontrar a ponte entre as suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir num sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS, partindo das condições e consciência atuais de grandes camadas da classe operária, e conduzindo invariavelmente a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado". (Programa de Transição da IV Internacional).

Essas duas formulações do marxismo-leninismo-trotskismo sintetizam o lugar das reivindicações econômicas na luta revolucionária do proletariado, incorporadas em nosso Programa. (No próximo Massas, exporemos a questão da aliança operário e camponesa)



Atividade do Comitê contra a Opressão Social e Política

O Comitê, que reúne estudantes, funcionários, professores da PUC e ativistas do movimento social externo à Universidade, realizará um ato político em defesa dos sem-terra e pela punição das chacinas. Para isso, se utilizará de uma apresentação musical preparada para tal fim. Essa atividade é apenas complementar ao trabalho de denúncia, que tem sido realizada através de panfletos, debates, abaixo-assinados etc.

O ato político está marcado para o dia 29 de agosto, no Tucarena, da PUC/SP, às 20 horas. Os ativistas do Comitê estão trabalhando pelo evento através de um bônus, cuja renda será revertida para apoiar as ocupações de terra e o próprio Comitê. É importante que se dê o máximo apoio a essa atividade e que se fortaleça o Comitê contra a opressão social e política.

Na última reunião, se aprovou um novo boletim de denúncia das ameaças do governo contra as ocupações e os militantes do MST. Também se repetirá o curso de formação sobre o tema "As raízes da violência no capitalismo", tendo por base os textos de Engels, denominados "A Teoria da Violência", que constam do livro "Anti-Duhring".

O Comitê conclama todos aqueles que se colocam do lado dos oprimidos a comparecerem em suas reuniões semanais, realizadas na Associação de Professores da PUC-Apropuc, que cedeu seu espaço.

Movimento das "Madres da Plaza de Mayo"

Desde 30 de abril de 1977, todas as quintas-feiras, as mães dos desaparecidos políticos da Argentina marcham na Praça de Mayo. Colocam um lenço branco na cabeça e andam em torno da pirâmide branca, monumento da independência da Argentina. Este movimento surgiu quando estas mulheres buscavam informações sobre seus filhos e decidiram entregar uma carta ao presidente Videla. Esta marcha foi conseqüência à ordem dos policiais de que circulassem.

DEBATE CONVOCADO PELO COMITÊ CONTRA A VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

No dia 09/08 realizou-se na PUC, um debate com Hebe Bonafini, 68 anos, líder das "Mães da Praça de Maio". Hebe de Bonafini foi eleita em 1979 para substituir Azucena V. De Vicenti, seqüestrada e assassinada pelos órgãos repressivos da ditadura militar argentina.

Com o objetivo de criar redes de solidariedade na América Latina, como catalisador de movimentos sociais de denúncia das impunidades e de onde deriva violência reinante, mesmo na chamada democracia, a representante das "Madres da Plaza de Mayo", Hebe Bonafini veio ao Bra-

sil.

O que norteou sua exposição é a luta para se pôr fim ao capitalismo que mata, destrói para aplicar seus planos, a necessidade de um espaço de luta que se organiza através do sofrimento e da dor e construir um homem novo, ainda que muitos tenham de morrer na luta.

As mães em suas experiências de luta se politizam. A mãe diz: Quando começamos nosso movimento para ter nossos filhos de volta, tínhamos fatos e sofriamos individualmente. Era uma busca de mãe. Com nossa luta aprendemos que somos uma classe e aprendemos a socializar a maternidade, ser mãe protetora com consciência política. Primeiro a política, depois, se sobrar tempo, outras coisas. Reivindicar como revolucionários. Não devemos temer a repressão, devemos acreditar nos métodos próprios dos trabalhadores e lutar até a revolução. Segundo Hebe, o sentimento de solidariedade que une as mães se resume assim: "Aconteceu um milagre, os filhos pariram as mães"

Sobre as eleições: Não acredito em partido, não voto. Votar não é democracia. Os partidos traíram tudo o que prometeram. Não temos privilégios, o privilégio corrompe.

Lembremos Margarida Maria Alves

No dia 12 de agosto de 1983, a camponesa e dirigente do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, foi assassinada barbaramente com um tiro de espingarda, calibre 12, que desfigurou totalmente seu rosto. Apesar dos equívocos políticos dessa lutadora, como a de apoiar para governador o burguês Wilson Braga, o seu vínculo com os camponeses oprimidos e os operários da indústria canaveieira a colocou em choque aberto com os latifundiários e usineiros. A sua posição inflexível de defesa dos interesses dos trabalhadores agrários alimentou o ódio de classe dos exploradores.

As ameaças a sua vida passaram a ser constantes. Margarida respondeu a elas dizendo que preferia morrer do que abandonar a luta. Pouco antes de sua morte, o advogado do sindicato denunciou ao delegado de Alagoa Grande as ameaças. Como não poderia ser diferente, nada foi feito, evidenciando mais uma vez que a proteção dos lutadores só poderá ser dada pelos próprios trabalhadores e pela organização da auto-defesa armada dos oprimidos.

Há 13 anos do assassinato de Margarida Maria Alves, vemos recrudescer a luta de classe no campo. Os assassinatos de lideranças não cessaram. E justamente sob o governo dito democrático de Fernando Henrique Cardoso duas chacinas foram praticadas pela polícia militar, sem que haja qualquer punição dos carrascos. Margarida Maria Alves permanece como exemplo da disposição de luta.

Movimento Operário



Não nos burocratizaremos. Somos radicalizadas.

Sobre os impostos, diz: Somos pela desobediência civil. As Mães da Praça de Maio não pagam impostos porque este irá para os bolsos dos capitalistas e será revertido para comprar bala e nos matar.

Sobre as indenizações aos familiares dos desaparecidos políticos, diz: Não aceitamos reparação econômica. Nossos filhos nos ensinaram a matar pela revolução. Saber matar e morrer pela revolução, enfrentar a polícia. Transformar dor em luta. não vamos barganhar a vida de nossos filhos em troca do dinheiro dos capitalistas. Sabemos que nossos filhos não voltarão, estão vivos em nossos corações, em nossa luta contra o capital"

Atitude do PSTU no debate. O militante se utilizou oportunisticamente em sua falação para defender as eleições, ufanizou o voto socialista fazendo apologia ao seu partido denunciando sobre processos movidos por Maluf, Serra, FHC contra seu partido. Assim o PSTU nada contribuiu para organizar a luta contra a violência reacionária da burguesia e a favor da violência revolucionária das massas.

Campanha em defesa do programa da Revolução Permanente

A Luta de Leon Trotsky contra a restauração capitalista

O marxismo tem o mérito científico de revelar as leis das transformações e do desenvolvimento histórico, que incluem as revoluções e contra-revoluções. Baseado em um profundo conhecimento de tais leis, extraído através de uma sólida militância, Trotsky pôde não só se destacar como um dos principais dirigentes bolcheviques da Revolução Russa como também o seu maior defensor depois da morte de Lenin (janeiro de 1924).

Justamente a partir dessa data, abre-se uma ruptura irreconciliável entre Trotsky e Stalin. Esses dois militantes e dirigentes do Partido Bolchevique passaram a expressar de maneira cada vez mais contundente as tendências da continuidade da revolução proletária e da contra-revolução burguesa. Essas duas linhas antagônicas, entre muitos aspectos, se distinguiram pela defesa dos princípios marxistas da revolução permanente (Trotsky) e do socialismo em um só país (Stalin). Enquanto as posições trotskistas representavam a continuidade programática e teórica do bolchevismo, portanto das conquistas revolucionárias de Outubro de 1917, as posições estalinistas expressavam o revisionismo contra-revolucionário.

A teoria nacionalista do socialismo em um só país se constituía na mais descarada negação do internacionalismo marxista, do partido leninista, da democracia proletária soviética e da ditadura revolucionária do proletariado. O revisionismo estalinista mat

meios de produção estatizados e sobre o próprio Estado. Deu curso à burocratização do Estado operário e o degenerou através de uma ditadura burocrática. Opostamente à orientação leninista, estabeleceu diretrizes exteriores de colaboração com o imperialismo e conduziu a importantes derrotas do proletariado internacional. Todas elas combatidas e denunciadas por Trotsky, a exemplo dos acontecimentos revolucionários na China, em 1927.

Trotsky, liderando a Oposição de Esquerda, atuou sempre no sentido de potencializar as forças produtivas sob o novo regime social. Um dos primeiros embates se concentrou na defesa, na segunda metade de 1920, do aumento do ritmo da industrialização. Estabelecia-se o choque em torno do problema da planificação econômica e suas relações com a economia mundial.

Contrário a Stalin, a Oposição de Esquerda defendia o aumento do ritmo industrializante da União Soviética, em virtude de seu profundo atraso e das tremendas pressões da economia mundial capitalista. Afirmava na plataforma de "O Novo Curso": "Somente o maior ritmo de desenvolvimento da indústria e do comércio do Estado sobre o capital privado assegurou, no período transcorrido, uma diagonal do paralelogramo "socialista" de forças. Agora a relação de velocidade de nosso desenvolvimento geral com a velocidade da economia mundial é ainda muito mais importante".

Para Trotsky, a "planificação" estalinista não correspondia à potencialização das forças produtivas do novo regime nascente e ameaçado pela superioridade das potências imperialistas. Demonstrava que a revolução havia se dado num país de economia atrasada e que um correto planejamento do Estado Operário era uma das condições para resistir ao cerco mundial imperialista. Evidentemente, o desenvolvimento pleno da economia socialista dependia do avanço da revolução proletária nos países de economia avançada. Somente a ruptura da ordem capitalista mundial poderia elevar as forças produtivas a uma grandeza superior à alcançada pelo modo de produção capitalista.

Como se vê, a cisão programática entre Trotsky e Stalin teve reflexo práticos imediatos no interior da Rússia. Só mais tarde, depois da derrota da Oposição de Esquerda, é que Stalin adotará o ponto de vista de Trotsky sobre o ritmo da industrialização. É claro que de maneira deformada pela ótica do socialismo em um só país e pela ação de uma ditadura burocrática.

Esse antagonismo de diretriz econômica esteve acompanhado da polêmica em torno da burocratização do Partido Bolchevique e do Estado. Já em fins de 1923, Trotsky publicou "Uma carta para as reuniões do Partido", em que se mostrava o fraturamento do centralismo democrático, o avanço dos métodos burocráticos de resolução dos problemas, a quebra do princípio da direção coletiva, o cerceamento das iniciativas militantes e a ausência de uma colaboração ativa com a nova geração, que precisava ser incorporada na obra revolucionária e ser politizada. Rechaçava a disciplina totalitária que começava a ser implantada.

Assim defendeu: "Um bolchevique não é somente um homem disciplinado, é um homem que em cada situação frente a cada problema forja sua própria opinião com firmeza e a defende com valor e independência, não somente contra seus inimigos mas também dentro de seu próprio Partido".

A cisão entre as premissas estalinista e leninista-trotskista chega ao auge com a campanha de Stalin contra a teoria da revolução permanente e em defesa do socialismo em um só país. Em 1928, Bukarin redige um novo programa para a Internacional Comunista, talhado sob a nova ótica estalinista e, evidentemente, contraposto às teses fundamentais dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional da época de Lenin. Trotsky responderá com o livro "A Internacional depois de Lenin", conhecido por "Stalin Organizador de Derrotas".

Nele, comprova que o revisionismo estalinista conduzia à negação da necessidade da revolução socialista mundial e, portanto, da estratégia internacionalista do bolchevismo que defendia a bandeira dos "Estados Unidos Socialistas da Europa", como condição para avançar o modo de produção socialista e permitir o triunfo histórico do comunismo. Demonstra que o estalinismo falseava a idéia de que a União Soviética já era socialista. Em contraposição, reafirma o princípio marxista de que "a verdadeira construção do socialismo" começará "depois que o proletariado dos países mais avançados tenha conquistado o poder; que é preciso trabalhar sem descanso por instaurar o socialismo, servindo-nos de duas alavancas: uma curta, para nossos esforços econômicos no interior; outra longa, para a luta internacional do proletariado".

Hoje, passados 56 anos do assassinato de Trotsky a mando de Stalin, as teses trotskistas se mostram profundamente verdadeiras, o que quer dizer marxistas-leninistas.

Internacional

